

Jornadas de junho: explorando os sentidos da indignação social contemporânea no Brasil

Renata Barbosa Lacerda¹

Thiago Brandão Peres²

Resumo

O presente artigo expõe uma interpretação possível acerca dos “protestos que marcaram o país”. A argumentação divide-se em dois planos analíticos complementares. O primeiro, histórico, segue os cuidados metodológicos propostos por Bringel (2013), cujo objetivo principal é corrigir uma série de miopias presentes nas análises sobre o que vem se convencendo denominar as jornadas de junho. O segundo plano observa como demandas já existentes convergiram nessas manifestações e como as principais pautas foram sendo construídas no processo. Desse modo, as manifestações multitudinárias são tratadas como um processo histórico, inteligível em sua complexidade somente quando abordado em retrospectiva.

Palavras chave: jornadas de junho, ação coletiva, direito à cidade, protestos de rua, redes sociais digitais

Abstract

The present article expounds a possible interpretation about the “protests that marked the country”. The argumentation is divided in two complementary analytical plans. The first plan, historical, follows the methodological concerns proposed by Bringel (2013), which the main purpose is to correct a series of short-sightedness in the analyses about what it is being called journeys of June. The second plan observes how already existing demands converged in these protests and how the main items on the agenda have been constructed in the process. Therefore, the massive protests will be treated as a historical process, intelligible in its complexity only when is addressed in retrospective. in the process. Therefore, the

¹ Mestranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ)

² Mestrando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)

massive protests will be treated as a historical process, intelligible in its complexity only when is addressed in retrospective.

Keywords: journeys of June, collective action, right to the city, street protests, digital networks

Introdução

Neste artigo,³ é exposta uma interpretação possível, entre muitas, acerca dos “protestos que marcaram o Brasil”. A argumentação divide-se em dois planos analíticos distintos e complementares. O primeiro, historiográfico, segue os cuidados metodológicos propostos por Bringel (2013), cujo objetivo principal é evitar uma série de miopias ao analisar o que vem se convencendo denominar as jornadas de junho. O segundo plano, etnográfico, permite observar convergências entre as mobilizações de junho de 2013 e demandas reivindicadas há

anos – por vezes, décadas – por vários coletivos. Desse modo, as manifestações multitudinárias são tratadas como um processo histórico, inteligível somente quando abordadas em retrospectiva.

De acordo com Bringel (2013), a dificuldade interpretativa relativa às manifestações de junho não é resultado apenas da complexidade de se examinar um contexto em constante mudança. É também a consequência de uma série de miopias, a saber: miopia temporal passado/presente; miopia da política; e a miopia do visível. A primeira tende a sobredimensionar as

³ O presente texto faz parte de um projeto maior sobre as jornadas de junho. Agradecemos aos pareceristas anônimos da revista *Enfoques* as críticas e sugestões que nos foram oferecidas e que serviram, indubitavelmente, para aprofundar os temas aqui debatidos. Agradecemos em especial à fotógrafa e cientista social Stéphanie Nicolato Chauvin os comentários e o fornecimento de fotos dos cartazes dos quais nos valem para escrever este artigo.

lutas atuais classificando-as como novos mitos fundadores; a segunda restringe a política à sua dimensão político-institucional, impossibilitando a compreensão da reinvenção da política e do político a partir das práxis sociais emergentes. A miopia do visível refere-se à limitação interpretativa das

mobilizações contemporâneas à sua face visível (nas ruas e nas praças), sendo incapaz de captar os sentidos das redes submersas, suas identidades e os significados das dimensões invisíveis para um observador externo. (BRINGEL, 2013: 44).

Concordamos com a ponderação de Arbex Jr. (2013), segundo a qual as manifestações no Brasil vinham se anunciando há tempos, embora “só retrospectivamente os sinais ganhem visibilidade”. Dessa forma, analisamos as manifestações como um processo, corrigindo historicamente nosso foco interpretativo por meio da associação entre as primeiras manifestações im-

pulsionadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) e as mobilizações anteriores, as quais, por meio de suas redes (visíveis e subterrâneas), produziram o acúmulo necessário para que transbordasse nas manifestações multitudinárias. Em sua argumentação, Bringel analisa os protestos de junho de 2013 apoiando-se na distinção analítica proposta por McAdam (1995) entre movimentos iniciadores (*"initiator" movements*) e movimentos derivados (*"spin-off" movements*):

Os primeiros seriam responsáveis por identificar brechas, realizar enquadramentos provisórios, agitar e encorajar a mobilização social, e, quando bem-sucedidos [...], passariam a acompanhar-se dos segundos, os derivados, “intérpretes criativos” do cenário aberto.

Haveria, assim, *movimentos madrugadores* que acendem a chama da mobilização social. No caso brasileiro, há certo consenso que um dos principais atores iniciadores foi o Movimento Passe Livre (MPL), movimento social autônomo que, por meio da reivindicação do passe livre estudantil, abriu um campo de conflito e de debate mais amplo sobre o

transporte coletivo urbano. (BRINGEL, 2013: 44, grifos do autor).

Vejamos esse ponto mais detidamente. O MPL de São Paulo começa a fazer debates acerca da possibilidade de se estabelecer o passe livre desde 2005 na cidade de São Paulo. Sua carta de princípios é redigida e aprovada na Plenária Nacional pelo Passe Livre, no V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre. Em 2006, foi criada a Frente de Luta Contra o Aumento, que realizou uma série de manifestações em São Paulo nos dias 25 e 30 de novembro, assim como no dia 1º de dezembro, além de outros atos regionais. Em janeiro e fevereiro de 2010, o MPL/SP organizou outros protestos contra o aumento das tarifas por meio da criação, junto com outros grupos políticos, da Rede Contra o Aumento da Tarifa. No final de 2010, houve mais três manifestações no centro da cidade.

No início de 2011, seguiram-se manifestações semanais com a mesma pauta e exigindo a abertura de diálogo com o secretário de Transportes e com Gilberto Kassab – na época, prefeito de São Paulo. Mesmo sofrendo repressões sucessivas durante as manifestações, tanto pela polícia militar quanto pela guarda civil, outros grupos se mobilizaram junto ao MPL, conseguindo reunir mais de 5 mil pessoas no centro da cidade de São Paulo no 7º ato de 2011.⁴ Nesse mesmo ano, manifestações em Belém e em Porto Velho conseguiram reverter o aumento das tarifas na primeira cidade e suspendê-lo por duas semanas na segunda.

Contudo, já em 2003, em Salvador, contínuas manifestações – denominadas pelos militantes de Revolta do Buzu – com milhares de pessoas fecharam as vias públicas protestando contra o aumento da tarifa e paralisando a cidade por três semanas. Se

⁴ Para uma cronologia das manifestações organizadas pelo MPL, ver MPL-SP (2013: 18).

mesmo com a intensidade das manifestações não se obteve a redução da tarifa do transporte público, a experiência de Salvador inspirou, um ano depois, em 2004, a realização de protestos pela redução das tarifas em Florianópolis – conhecidos como a Revolta da Catraca. A pressão exercida pelos milhares de manifestantes – a prefeitura decretou ponto facultativo para funcionários estaduais, suspensão das aulas de colégios municipais e estaduais, e a “Câmara dos Dirigentes Lojistas orientou os comerciantes do centro da cidade a não abrirem as portas” (LUDD, 2004: 15) — concretizou-se na suspensão do reajuste por meio de uma medida judicial levada a cabo pelo juiz federal Jurandi Borges Pinheiro: “Ocupando terminais e bloqueando a ponte que dá acesso à ilha, os protestos for-

çaram o poder público a revogar o aumento e serviram de base para a fundação do MPL no ano seguinte” (MPL-SP, 2013: 15).

As revoltas em Salvador e em Florianópolis, portanto, são lembradas como referências-chave para a fundação do movimento. Percorrer os caminhos dos fluxos de inspiração que cada mobilização produz sobre as outras nos fornece elementos para irmos além da face visível das manifestações: a ênfase na repressão e a mobilização via redes sociais digitais como vetores privilegiados do protesto.

Vejamos dois exemplos:⁵ em Lifschitz (2013), acompanhamos a história da trajetória de Guy Fawkes, católico inglês que pertencia a um grupo religioso que lutava contra a proibição dos direitos políticos papistas cujo

⁵ As miopias sugeridas por Bringel (2013) são adotadas neste artigo como “cuidados metodológicos” para nossa análise sobre as manifestações. Selecionamos dois artigos como exemplo da ausência desse rigor metodológico. Cabe salientar a estratégia muito comum, porém grosseira, de acusar de reducionismo uma teoria previamente reduzida. Entretanto, os dois artigos são abordados aqui menos por sua miopia que por serem representativos na ênfase de determinados elementos (nesse caso, a repressão e as redes sociais digitais) nas interpretações das manifestações.

plano era explodir a “Câmara dos Lordes quando o rei anglicano Jaime I estivesse reunido com os parlamentares” (LIFSCHITZ, 2013: 705). Enforcado, Fawkes é alçado a símbolo cuja história inspirou o romance gráfico *V de vingança*, de Alan Moore, e o filme homônimo dirigido por David Lloyd em 2006. Em seu artigo, Lifschitz aborda o uso de máscaras de Fawkes por alguns manifestantes. Entretanto, em termos de análise crítica, as jornadas de junho aparecem como uma relação de causa e efeito de repressão policial e reação à repressão:

Causa 1: protesto pelo aumento do preço das passagens de ônibus. Efeito 1: passeata pela redução do preço das passagens de ônibus. [...]

Causa 4: a violência policial é registrada nas redes sociais e provoca fortes reações na mídia internacional. Efeito 4: nas manifestações seguintes, a polícia faz “corpo mole” (expressão popular que bem caracteriza uma atitude de resignação e complacência), permitindo que

grupos avancem nas ruas como um poder demolidor e destrutivo. (LIFSCHITZ, 2013: 701).

No artigo de José dos Santos e Valmaria Santos, podemos conferir, por meio de mapas e ilustrações, a geografia dos protestos contra o reajuste da tarifa do transporte – que, segundo os dados levantados, ocorreram, “pelo menos, em 104 cidades de 17 estados, conforme levantamento do Portal G1, em três de julho de 2013” (SANTOS; SANTOS, 2013: 18). Podemos conferir também o papel das redes sociais digitais nas manifestações – chamado de meio comunicacional e entendido como uma fase atual do espaço geográfico, em que

a informação e os instrumentos de comunicação (computadores, *notebooks*, celulares, *smartphones* etc.) constituem objetos técnicos presentes, possibilitando redes de comunicações entre sujeitos socioespaciais diversos. (SANTOS; SANTOS, 2013: 8).

Segundo os autores, conecta-das umas às outras, as pessoas interagem e articulam-se de forma descentralizada, horizontal. As redes sociais digitais alterariam as escalas, dissolveriam fronteiras, sendo “extremamente usadas, nesse meio técnico-científico-informacional, como mecanismo de poder e lutas por melhorias” (SANTOS; SANTOS, 2013: 20). De fato, há relevante papel das redes como meio de organização das manifestações. Conforme pesquisa realizada pelo Ibope,⁶ 86% dos manifestantes se mobilizaram por meio de redes sociais como o Facebook e o Twitter, e os que utilizaram alguma rede social para convocar outras pessoas somam 75%.

Entretanto, a reação à repressão e o uso de redes sociais digitais para convocar protestos são a face visível das manifestações – elementos impor-

ta-tes, mas sobre-estimados. Ao interpretar-las historiograficamente, como veremos no caso do Rio de Janeiro, compreendemos os fluxos que inspiraram outras movimentações pelo Brasil, as quais emergiram dialogicamente tanto pelos laços de solidariedade (contra a repressão) quanto pelos de inspiração – o acúmulo do debate sobre mobilidade urbana para além das redes sociais digitais (VIANA, 2013), conforme veremos mais adiante. Porto Alegre, São Paulo, Goiânia, Natal, Belém, Florianópolis, Brasília, Rio de Janeiro, Teresina, Maceió, Curitiba, Recife, Fortaleza, além de outras cidades, inclusive do interior, foram marcadas por grandes manifestações a partir de 2013 por meio desses fluxos – ainda que com especificidades locais quanto aos agentes que tiveram mais destaque no processo e às suas formas de atuação.

⁶ A pesquisa foi realizada nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20 de junho de 2013. Foram entrevistados 2.002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Segundo o Ibope, as entrevistas foram feitas por uma equipe de entrevistadores treinada para a abordagem desse tipo de público. Mais detalhes em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acesso em: junho de 2013.

**Miopia temporal presente/passado:
o caso do Rio de Janeiro**

Na cidade do Rio de Janeiro, a pauta sobre mobilidade urbana passou a ganhar espaço com o Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem, em janeiro de 2012, que se voltou contra os aumentos nas barcas, nos ônibus e no metrô. Ao lado dos exemplos de outras cidades quanto à redução das tarifas de transporte, houve, no Rio de Janeiro, uma convergência entre diversas mobilizações anteriores à primeira grande manifestação no dia 10 de junho na Cinelândia. Através de uma breve etnografia das manifestações, demonstraremos essa convergência por meio dos cartazes, bandeiras e palavras de ordem entoadas pelos manifestantes, que, ao lado de outras bandeiras mais pontuais, exigiam o cumprimento de demandas específicas e reivindicadas há anos – por vezes, há décadas – no Rio de Janeiro. Analisar

essa convergência também nos permitiu corrigir o foco do que Bringel aponta como miopia temporal presente/passado – uma miopia que tende a sobredimensionar as lutas atuais considerando-as novos mitos fundacionais:

Se isso, em geral, acontece com os jovens, gerações que participaram de outras lutas sociais de relevância societária tendem sempre a compará-las, supervalorizando aquelas nas quais estiveram mais diretamente envolvidos (algo habitual no Brasil com as lutas contra a ditadura). Em ambos os casos, há um problema sério de memória histórica e de transvase intergeracional da militância. (BRINGEL, 2013: 44).

Portanto, para corrigir nosso foco interpretativo, faz-se necessário destacar essas lutas e observar suas convergências com as jornadas de junho. Encontramos uma primeira convergência nas lutas contra a remoção dos indígenas e na tentativa de demolição do prédio da Aldeia Maracanã.

Completamente abandonado (vidros quebrados, paredes pichadas, fachada deteriorada, lixo acumulado), o prédio foi ocupado por indígenas em 20 de outubro de 2006. Com o auxílio de militantes de outros movimentos sociais, os indígenas realizaram mutirões de limpeza para a reapropriação do local. Sensibilizado com a manifestação do grupo, Pedro Cabral, superintendente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), recebeu-o “em sua sede no centro do Rio de Janeiro e deu parecer favorável para a construção do centro de culturas indígenas” (BARRETO; LOPES, 2013: 1). Por muitos anos os subsídios para a reforma do prédio foram aguardados.

Segundo Barreto e Lopes,

enquanto isso o grupo de ocupantes recebia visitas de simpatizantes que apresentaram ideias para revitalização do espaço, não dependendo apenas da venda do artesanato, mas realizando cursos, palestras, para as escolas e universidades do Rio de Janeiro. [...] A localização do espaço ocupado pela Aldeia Maracanã é de extrema importância

para os povos indígenas por seu valor histórico. Contudo, este local também é alvo de grande especulação imobiliária, pois a proximidade ao bairro central da Capital, a proximidade do trem e metrô, e principalmente por ficar ao lado do Estádio do Maracanã, torna-se um atrativo para os grandes empresários da região. (2013: 3-4).

A disputa pelo local por interesses privados foi acentuada em virtude da eleição do Rio de Janeiro como sede da Copa de 2014. A notícia da remoção dos indígenas e da demolição do prédio veio com a justificativa da otimização do escoamento dos torcedores para assistirem aos jogos no estádio do Maracanã de acordo com o padrão da Federação Internacional de Futebol (Fifa). Na manhã de 12 de janeiro de 2013, chegam os primeiros carros da Polícia Militar do Rio de Janeiro para cumprir a ação de reintegração de posse. Contudo, sensibilizados com a resistência dos indígenas do local, militantes de partidos políticos e movimentos sociais, estudantes, pro-

fessores, pessoas com pouco ou nenhum contato com uma organização política deslocaram-se de várias regiões da cidade para impedir o cumprimento da reintegração. Mídias alternativas denunciaram abusos por parte dos policiais. Fotos e vídeos de indígenas algemados, pés descalços sobre o asfalto, sofrendo com o gás lacrimogêneo e com o *spray* de pimenta ou brandando palavras de ordem de resistência correram o mundo tanto pelas redes sociais digitais quanto pelos grandes veículos de comunicação. Depois de dois meses de intensa mobilização e “sob os holofotes de canais internacionais, indígenas e ocupantes foram expulsos” (BARRETO; LOPES, 2013: 6).

Cabe acentuar que outras remoções, por ordem da prefeitura, vêm ocorrendo por toda a cidade em razão dos interesses vinculados à Copa do Mundo e às Olimpíadas e aos projetos de revitalização da zona portuária (ver MONTEIRO; ANDRADE, 2012; FERREIRA, 2010; VASCONCELLOS DA

SILVA, 2010; entre outros). Mobilizações contra as remoções já emergiram no Horto, em Manguinhos, no Morro da Providência, na Vila Autódromo, no Morro da Indiana, no Morro da Babilônia, além de resistências em outras favelas. Mobilizações foram organizadas ainda no Borel para lembrar a chacina sofrida em 2003. No Morro do Alemão, no Morro São Carlos e no Morro da Coroa, moradores denunciaram violência policial – antes e depois da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) (RODRIGUES; MOTTA, 2013). É importante lembrar que outras comunidades já resistiam aos efeitos das UPPs nos últimos anos, especialmente em 2011; além de desaparecimentos, assassinatos e agressões físicas e/ou verbais pela Polícia Militar, são destacados por moradores de favelas ocupadas pela UPP o encarecimento da vida e as proibições às suas atividades culturais, como o baile *funk* (FREIRE, 2011). No Morro do Turano, por exemplo, moradores reagiram ao toque de recolher pela UPP, no Dia dos

Pais, “atirando pedras, paus e garrafas nos policiais, que tiveram que correr da multidão” (GRANJA, 2012). Em 2013, é criada a Rede de Comunidades Impactadas, por meio de encontros entre militantes de favelas desde o Fórum Social Urbano de 2010, assim como o movimento Favela Não Se Cala, articulado no final de 2012, o qual busca articular os interesses de moradores de diferentes favelas para lutarem contra as remoções – inclusive indiretas, associadas ao processo de gentrificação (DAVIS, 2006).

Paralelamente a isso, temos as resistências de camelôs – sobretudo por meio do Movimento Unido dos Camelôs (Muca), criado em 2003 – e os

movimentos relacionados às pessoas em situação de rua contra políticas de repressão da prefeitura (mais recentemente, com o Choque de Ordem). Podem-se citar ainda os atos contra o fechamento de escolas, como o Colégio Estadual Vicente Licínio Cardoso, na Saúde,⁷ no início de 2013 e contra o fechamento de hospitais públicos, como o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj) em julho de 2012.⁸

Outra pauta presente nas manifestações está relacionada às ocupações urbanas. Moradores de ocupações, muitos despejados violentamente⁹ depois de decisões judiciais de reintegração de posse – mesmo

⁷ Até maio de 2013, foram fechadas 50 escolas da rede estadual do Rio de Janeiro. Cf. “Em processo de 'otimização', RJ já tem 50 escolas fechadas”. *Terra*, 30 maio 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/em-processo-de-otimizacao-rj-ja-tem-50-escolas-fechadas,9269173f1e5fe310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Para um exemplo de protesto referente, entre outras pautas, ao fechamento do Colégio Estadual Vicente Licínio Cardoso, cf. “Ato contra as remoções de casas e fechamento de escolas da Zona Portuária”, 20 out. 2013. Disponível em: <<http://tudonosso.no-blogs.org/page/3>>. Acesso em: 28 de maio de 2014.

⁸ Cf. “Domingo tem caminhada em Copacabana em defesa do IASERJ”, 27 ago. 2012. Disponível em: <http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=3223>. Acesso em: 28 de maio 2014.

⁹ Recordemos a remoção de cerca de cinquenta famílias que ocupavam o prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), desativado há quinze anos e localizado no centro do Rio de Janeiro. Sob balas de borracha e *spray* de pimenta, oito manifestantes foram presos, uma defensora pública do Estado foi agredida e “as cinquenta famílias que moravam no edifício foram postas para fora” (DEFENSORES, 2010).

quando o imóvel não cumpre sua função social e, portanto, segundo a Constituição Federal de 1988, deveria ser destinado à moradia popular –, compareceram às manifestações entoadando “Se morar é um direito, ocupar é um dever”. Também foram marcantes nos últimos anos os protestos contra a homofobia e o machismo. As experiências das marchas LGBT realizadas anualmente (no Dia Mundial do Orgulho LGBT, 28 de junho) e das Vadias (HELENE, 2013; FERREIRA, 2013) – organizada a partir dos protestos realizados em Toronto (Canadá) e iniciada no Brasil em junho de 2011 – também tiveram visível importância nas manifestações de 2013, junto com outros grupos feministas e transfeministas (JESUS; ALVES, 2010).

Entretanto, abordar a movimentação de mobilizações e de lutas anteriores e contextualizá-las não é suficiente para verificarmos a convergência entre demandas reivindicadas há décadas no Rio de Janeiro e as manifestações multitudinárias. Esperamos,

portanto, que uma breve etnografia – orientada para os cartazes, bandeiras e palavras de ordem das manifestações em junho – nos permita demonstrar essa convergência.

A construção das manifestações dentro e fora das ruas: junho de 2013

É interessante atentar para o fato de que as primeiras manifestações do Rio de Janeiro, no início de junho de 2013, contavam com poucos participantes (a primeira continha cerca de cem pessoas), e a palavra de ordem que se propagou ao longo dos atos impulsionados pelo Fórum de Lutas contra o Aumento da Passagem (realizados comumente às segundas e quintas-feiras) foi “Vem pra rua”. Mais especificamente, os dizeres dos cartazes e as palavras de ordem eram “Vem pra rua, vem, contra o aumento”, “Se a tarifa não baixar, o Rio vai parar”, “O meu ‘direito’ de ir e vir aumentou para

R\$2,95"; ou seja, demandava-se a revogação do aumento da tarifa de R\$2,75 para R\$2,95. Clamava-se pela adesão irrestrita de pessoas que compartilhavam dessa causa única em torno do transporte. Ainda que outras pautas tenham ganhado força posteriormente, muitas das quais já vinham sendo demandadas há anos ou décadas, conforme exposto na seção anterior, a pauta central, estabelecida e propagada no próprio nome do fórum, eram os 20 centavos.

No entanto, após o discurso polêmico de Arnaldo Jabor, no dia 13 de junho, declarando que "os revoltosos de classe média não valem 20 centavos",¹⁰ os manifestantes e seus apoiadores passaram a proclamar "Não são só 20 centavos", enumerando outras causas em questão, desde o fim da desigualdade social ao fim da corrupção. Cartazes como "Não é por centavos, é por direitos", "Copa pra quem?", "Não

é só por 20 centavos, é pelo fim da violência policial", "Enfia 20 centavos no SUS", "Não é Egito. Não é a Grécia. É o Brasil saindo da inércia", "O Brasil acordou contra a roubalheira", "Eu sou contra a PEC 37 porque não aceito corrupção" se multiplicaram pelas ruas.

Nesse ponto, houve certa inflexão no teor das manifestações e, à medida que as repressões aos atos se intensificavam e se visibilizavam – chegando ao ápice em termos de visibilidade no próprio dia 13 (quinta-feira), quando uma jornalista da *Folha de São Paulo* foi atingida por uma bala de borracha da PM em São Paulo, além de outros jornalistas agredidos ou presos –, milhares de pessoas começaram a, de fato, atender ao clamor "Vem pra rua". Com isso, o próprio Jabor mudou o discurso publicamente, afirmando, em 17 de junho em entrevista à rádio CBN, que errou¹¹ e que as manifestações eram, sim, por muito mais do que

¹⁰ Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/arnaldo-jabor/2013/06/13/REVOLTOSOS-DE-CLASSE-MEDIA-NAO-VALEM-20-CENTAVOS.htm>>. Acesso em: agosto de 2013.

¹¹ Disponível em: <<http://www.pavablog.com/2013/06/17/arnaldo-jabor-eu-errei-e-muito-mais-do-que-20-centavos>>. Acesso em: agosto de 2013.

20 centavos, uma vez que o próprio caráter das manifestações se havia modificado. Dessa forma, as manifestações foram crescendo exponencialmente e, no Rio de Janeiro, observou-se que, de cerca de cem manifestantes na primeira semana de junho, passaram a integrar os atos mil (10 de junho), 10 mil (13 de junho), 100 mil (17 de junho) e 1 milhão (20 de junho) de pessoas, segundo afirmaram diversos movimentos sociais. De acordo com o portal de notícias G1, o ato do dia 10 de junho contou com 300 manifestantes. No dia 13, o comando da Polícia Militar contabilizou 2 mil pessoas. O comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, coronel Camargo, estimou um público entre 40 e 50 mil pessoas no protesto do dia 17, e 1 milhão e 50 mil pessoas no dia 20, ou seja, 16,6% da população carioca, estimada pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE) em 6,323 milhões de habitantes – portanto, mesmo com a variação das estimativas referentes à quantidade de participantes conforme as versões em disputa pela representação desses eventos, pode-se afirmar o crescimento exponencial dos protestos.

Em pesquisa realizada pela Pinterest¹² no Rio de Janeiro, 33% dos presentes no protesto do dia 20 de junho têm idade entre 19 e 24 anos, e 38,8% estão entre 25 e 34 anos; 70,4% estão no mercado de trabalho; e a renda familiar de 64,6% é de até três salários mínimos; e 23,8 % têm renda familiar entre quatro e cinco salários mínimos. Esses dados nos permitem assegurar que as manifestações do mês de junho não foram compostas de setores da tradicional classe média¹³ carioca, cujos rendimentos vão além

¹² Em um total de 498 questionários, com intervalo de confiança de 95%, a pesquisa foi realizada entre 16h e 20h30 no dia 20 de junho de 2013. Disponível em: <<http://pinterest.com/pin/418975571554441712>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2014.

¹³ Os limites do presente artigo nos impedem de trazer à tona o debate sobre o que vem se convencionando denominar “nova classe média” – classe em crescente expansão nos últimos dez anos no Brasil cujo poder de consumo foi ampliado por mecanismos como o recente processo de valorização do salário mínimo e a difusão do crédito. Para uma análise crítica sobre esse debate, ver Pochmann (2012) e Souza e Arenari (2010).

dos três salários mínimos, estando mais perto do que Braga (2012) denomina “precariado”: jovens trabalhadores com baixa remuneração, cujas condições de trabalho e contrato são precárias, além da alta rotatividade e do intenso ritmo de trabalho. São trabalhadores e trabalhadoras com extensa jornada de trabalho acompanhada de longas viagens até a chegada em casa. E amanhã tudo de novo. Como Adalberto Cardoso aponta, a tarifa de ônibus foi o estopim, mas não um estopim qualquer. Pesquisando em jornal de grande circulação pelo termo “ônibus incendiado”, o sociólogo encontra 559 ocorrências entre novembro de 2011 e junho de 2013:

Isso dá quase uma notícia por dia sobre depredações de ônibus, em média. A grande maioria dos incêndios foi provocada por “criminosos”, “bandidos” ou “traficantes”, termos intercambiáveis na cobertura do jornal, e por vezes eles ganham estatuto de grande acontecimento.

[...] A palavra central, aqui, é mobilidade, elemento de uma síndrome de recursos

inscritos no território que dá materialidade ao que as jornadas de junho popularizaram como “direito à cidade”. [...] Sem mobilidade, os espaços da cidade se tornam privilégio de uns (quando plenos de recursos) ou condenação de outros (quando privados deles), e a impossibilidade ou a dificuldade reiterada de trânsito entre uns e outros pode consolidar mundos segregados, mesmo que em termos jamais absolutos, já que a “miséria” ou o “privilégio” são parte da compreensão do mundo disponível aos cidadãos, e a “opressão” de uns é vivida como *injusta* porque *comparada* com o “privilégio” de outros. Os moradores do Grajaú paulistano depredaram seis ônibus em protesto contra as enchentes *porque* não conseguiram chegar em casa, direito inalienável do cidadão. E não conseguiram chegar pela combinação perversa de condições precárias de habitação com serviço precário de transporte. (CARDOSO, 2013: 23-25, grifos do autor).

Não é coincidência que a ideia do próprio MPL em São Paulo era justamente discutir a necessidade do passe livre como direito à cidade, além

de evidenciar que as altas tarifas impostas inviabilizam o deslocamento de muitas pessoas para o trabalho ou forcem o corte de gastos em áreas importantes do orçamento para permitir o pagamento das passagens de ônibus para toda a família, seja para a escola, para o trabalho, seja para o lazer. Com a inflexão do “Não é apenas por vinte centavos, é por direitos”, outras pautas ganharam as ruas, e não relacionadas apenas à mobilidade urbana, mas à educação e à saúde públicas, à desmilitarização da Polícia Militar, à democratização da mídia e contra as remoções. Tornaram-se mais comuns nos atos os cartazes, faixas e palavras de ordem relacionadas a temas como: “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Quando seu filho ficar doente, leve ao estádio”, “Saúde e educação de qualidade para todos”, “Fim da PM”, “A PM que bate aqui é o PM que mata na favela”, “A verdade é dura: a Rede Globo ainda apoiou a ditadura”, “O povo não é bobo: abaixo a Rede Globo”, “A favela

nunca dormiu”, “Eduardo Paes, vai pro inferno e remove o Satanás”.

Depois da aprovação do projeto denominado “Cura gay”, em 18 de junho, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, presidida por Marco Feliciano, as pautas do movimento LGBT também se expandiram e se tornaram mais recorrentes nas redes sociais e nas ruas, mesmo entre pessoas que não tinham contato anterior com a militância LGBT: “Queremos cura para a fome”, “Mais felicidade, menos Feliciano”, “Liberdade não tem cura. Fora, Feliciano!”, entre outros.

Por outro lado, irromperam os mais variados – ainda que com o foco na corrupção – e, por vezes, contraditórios clamores pelo antipartidarismo nos protestos. O último parece ter se colocado abertamente nas ruas desde o dia 17 de junho (terça-feira), quando militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) tiveram suas bandeiras arrancadas à força e foram agredidos fisicamente em

frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Muitos manifestantes que estavam ao redor não perceberam a agressão e até aplaudiram as bandeiras abaixadas. Lincoln Secco também cita esse episódio em São Paulo: “Na manifestação de 20 de junho, a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes ‘cidadãos de bem’ de verde-amarelo aplaudiam” (SECCO, 2013: 74).

A partir do ato do dia 17 de junho, que reuniu cerca de 100 mil pessoas, e da divulgação da agressão ocorrida, começa a emergir nas plenárias do Fórum de Lutas e nas redes sociais uma problematização do clamor indiscriminado “Vem pra rua, vem”, buscando-se reforçar cada vez mais as pautas sociais e as alternativas para

conter a agressão a militantes de partidos políticos. É preciso salientar que, no Brasil, há um “reduzido índice de adesão às organizações político-partidárias” (BAQUERO; VASCONCELOS, 2013: 6) por diversos motivos,¹⁴ mas o que antes era uma crítica de parte dos manifestantes contra a tentativa de liderança do Fórum de Lutas pelos partidos (sobretudo PSTU e Partido Socialismo e Liberdade – PSOL), que se revezavam nos canais abertos de televisão e nas mesas das plenárias, parecia ter começado a se confundir com um antipartidarismo, não raro, violento. Com isso, tornou-se corrente, nas plenárias do Fórum de Lutas e em canais de debate na internet, a propagação da distinção entre antipartidarismo e apartidarismo, vinculando o último aos princípios do movimento que impulsio-

¹⁴ Ainda segundo Baquero e Vasconcelos, entre os principais elementos que inibem o fortalecimento dos partidos, podem-se citar: seu caráter regional; programas partidários desconhecidos da maioria da população; a ausência de incentivo à participação das pessoas em sua organização; a presença de uma ideologia híbrida, mais vinculada à defesa de interesses pessoais e corporativos “e que não correspondem a qualquer organização real do corpo eleitoral” (2013: 7).

onou as jornadas de junho a fim de repudiar a violência aos partidos e aos movimentos sociais em geral.

Depois do ato do dia 20 de junho, que contou com cerca de 1 milhão de pessoas – mesmo com a revo-gação do aumento da passagem no dia anterior –, quando todos os mili-tantes de partidos (um militante do PSTU foi internado por causa das agressões), além do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram agredidos fisicamente por neonazistas ou *skinheads*, assim identificados pelos presentes por sua aparência e/ou tatuagens da suástica – e também por milicianos infiltrados, como bem aponta José Maria de Almeida em artigo da revista *Piauí* (VIE-GAS, 2013) –, foi levantada em reuni-ões de organizações políticas e nas re-des sociais a necessidade de criar uma “união de esquerda” que defendesse militantes e bandeiras de todas as or-ganizações diante dos agressores. A tentativa de união entre PSOL, PSTU,

Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Causa Operária (PCO) e Partido Co-munista do Brasil (PC do B) também se deu como resposta à presença cada vez mais frequente de faixas e cartazes com dizeres de aversão aos partidos nos atos, como “Fora, todos os parti-dos”, “Fora, PT”, “Meu partido é meu país”. Se já no dia anterior ao grande ato na Av. Presidente Vargas circulava nas mídias sociais digitais o relato de um militante ameaçado caso vestisse a camisa de seu partido e levantasse sua bandeira, no dia seguinte milhares de manifestantes, incluindo aqueles sem filiação partidária ou vinculação com sindicatos e outros movimentos soci-ais, passaram a temer por essa tendên-cia – também observada em outras ci-dades, como em São Paulo, resultando no afastamento temporário do MPL das ruas. Em nota em sua página do Facebook, o MPL afirma

que é um movimento social apartidário, mas não antipartidário. Repudiamos os atos de violência direcionados a essas

organizações [partidos políticos e movimentos sociais] durante a manifestação de hoje, da mesma maneira que repudiamos a violência policial. Desde os primeiros protestos, essas organizações tomaram parte na mobilização. Oportunismo é tentar excluí-las da luta que construímos juntos.¹⁵

A violência policial a que se refere a nota do MPL foi sentida em todas as manifestações mencionadas anteriormente, desde a Revolta do Buzu, em 2003, aos dias atuais. Velha conhecida dos movimentos sociais, a repressão policial contra os protestos foi tratada na mídia como espetáculo de brutalidade. Na manifestação do dia 6 de junho de 2013, o prof. Pedro Eugênio foi atingido na coxa direita por uma bala de borracha.¹⁶ Esse foi um caso de grande repercussão na mídia nos dias subsequentes. No decorrer de

outros protestos, entretanto, a ocorrência de pessoas atingidas por bala de borracha nem sequer era mais mencionada, tamanha sua frequência. Em São Paulo, no dia 13 de junho, houve cerca de cem feridos, entre eles sete jornalistas (dois atingidos por balas de borracha na cabeça), segundo o jornal *Folha de S. Paulo*.¹⁷

Cabe lembrar que, com essa visibilidade da repressão policial, especialmente contra a imprensa, a grande imprensa mudou o discurso sobre as manifestações. Até o dia 13, como a própria *Folha de S. Paulo* alardeava, eram todos considerados “vândalos” ou, de acordo com Jabor, “rebeldes sem causa. Depois das agressões, porém, passaram a diferenciar a minoria “vândala” da maioria “pacífica”. Em

¹⁵ “Nota n. 11: sobre o ato dessa 5a-feira”. Movimento Passe Livre São Paulo. Disponível em: <<https://www.facebook.com/passelivresp/posts/533187120070877>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

¹⁶ “Detidos e feridos em protesto no Centro”. *O Globo*, 6/6/2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/detidos-feridos-em-protesto-no-centro-8615741>>. Acesso em: 17 de outubro de 2013.

¹⁷ “Protesto deixa cerca de cem feridos no centro de SP, diz movimento”. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294893-protesto-deixa-cerca-de-cem-feridos-no-centro-de-sp-diz-movimento.shtml>>. Acesso em: 17 de outubro de 2014.

"The illegitimacy of violence, the violence of legitimacy" (CRIMETHLNC, 2013), vemos como o discurso da violência e da não violência é atraente, sobretudo porque oferece um modo fácil de reivindicar e argumentar de um ponto de vista moral. No dia 27 de junho, em Belo Horizonte, um rapaz de 21 anos caiu de um viaduto ao tentar fugir da polícia. Internado por 19 dias, não resiste aos ferimentos e morre.¹⁸ Aos 30 anos, Fernando Candido morre por problemas respiratórios causados pela inalação de *spray* de pimenta e gás lacrimogêneo na manifestação do dia 20 de junho no Centro do Rio de Janeiro.¹⁹ O fotógrafo Yasuyoshi Chiba, da agência francesa France-Press, é atingido por um cassetete na cabeça enquanto tentava ajudar outros mani-

festantes.²⁰ São numerosos casos e relatos de manifestantes e de jornalistas feridos, que tiveram escoriações ou fraturas ou perderam a visão durante as manifestações. Não é nosso objetivo sermos exaustivos. Segundo Túlio Vianna (2013), os casos mencionados ocorrem não porque há o policial bom e o policial mau que comete excessos que devem ser apurados, mas sobretudo porque a lógica do militarismo é treinar soldados para a guerra onde há um inimigo, e esse inimigo desse ser aniquilado. O próprio treinamento da Polícia Militar é absolutamente violento:

O foco do treinamento militar é centrado na obediência e na submissão [...]. Os recrutas são submetidos a constrangimentos e humilhações que acabam

¹⁸ Morre jovem que caiu de viaduto durante manifestação em BH. *G1 MG*, 27/6/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/06/morre-jovem-que-caiu-de-viaduto-durante-manifestacao-em-bh.html>. Acesso em: 17 de outubro de 2013.

¹⁹ Manifestante do Rio morre por complicações pulmonares após inalar gás lacrimogêneo. *R7 Notícias*, 2/8/2013. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/manifestante-do-rio-morre-por-complicacoes-pulmonares-apos-inalar-gas-lacrimogeneo-02082013>. Acesso em: 17 de outubro de 2013.

²⁰ Fotógrafo de agência francesa é agredido pela PM em protesto no RJ. *Folha Política.org*, 23/7/2013. Disponível em: <http://www.folhapolitica.org/2013/07/fotografo-de-agencia-francesa-e.html>. Acesso em: 17 de outubro de 2013.

por destituí-los de seus próprios direitos fundamentais. E, se o treinamento militar é capaz de convencer um soldado a se deixar tratar como um objeto na mão de seu comandante, é natural também que esse soldado trate seus inimigos como objetos cujas vidas podem ser sacrificadas impunemente em nome da sua bandeira. (VIANNA, 2013).

Desse modo, seguindo a lógica do treinamento, existe uma hierarquia definida que vai do coronel ao capitão, ao tenente, e assim prossegue, até chegarmos ao soldado. Os únicos que estão abaixo do soldado na ordem hierárquica são os civis; em outras palavras, o inimigo. O respeito irrestrito a essa ordem tem como primeira consequência direta o desrespeito aos direitos civis. Não é à toa que existem tantos relatos de violência policial, inclusive após o término dos protestos –

ameaças de morte, de estupro, agressões físicas e verbais. Vale mencionar que a mesma polícia de que o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) pediu a extinção²¹ em virtude da atividade de policiais dentro de esquadrões da morte é destacada para assegurar a ordem pública nas manifestações. Em se tratando das jornadas de junho, na madrugada do dia 24 para o dia 25, a megaoperação realizada por cerca de 400 agentes do Batalhão de Operações Especiais (Bope) na favela Nova Holanda, com o pretexto de perseguir supostos criminosos que teriam feito um arrastão na Av. Brasil, resultou em treze mortes (nove de acordo com o jornal *O Globo*)²² em meio ao tiroteio, segundo moradores da Maré. Com esse massacre, as favelas ganharam

²¹ Conselho da ONU recomenda fim da Polícia Militar no Brasil. 30/5/2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/05/paises-da-onu-recomendam-fim-da-policia-militar-no-brasil.html> Acesso em: 31 de outubro de 2013.

²² Polícia Civil admite que inocentes morreram em confronto na Maré, RJ. 26/6/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/06/policia-civil-admite-que-inocentes-morreram-em-confronto-na-mare-rj.html>. Acesso em: agosto de 2013.

maior destaque durante as manifestações, repercutindo com mais força a pauta de “Desmilitarização da PM” ou “Fim da PM já!” nas redes sociais e nos cartazes levados para os atos seguintes, sendo agregada às pautas do Fórum de Lutas na plenária do dia 25 de junho, quando mais de mil pessoas participaram e moradores da Maré informaram a quantidade de mortos e o terror vivenciado na madrugada anterior. Também chamaram os presentes para o ato na manhã do dia 26, no Centro, que tinha como propósito denunciar o ocorrido, além de um ato ecumênico na terça-feira, dia 2 de julho, na própria favela Nova Holanda, organizado pelo Observatório das Favelas, no qual a presença de várias viaturas e de dezenas de agentes da PM e da Força Nacional chocou a maioria dos não moradores que foram prestar solidariedade aos mortos pela ação do Bope.

Nas manifestações anteriores, vale destacar, já havia a presença de

militantes de causas da favela com faixas sobre o tema da violência policial, como já mencionado. Contudo, as próprias palavras de ordem propagadas pelos carros de som nos atos ofuscavam essa crítica ao darem mais ênfase às demandas por transporte, saúde e educação públicos de qualidade e pela democratização da mídia. Após as mortes na Maré, no entanto, a pauta das favelas se fortaleceu e se ampliou no Fórum de Lutas e nas ruas, e foi visível o maior número de faixas sobre o tema, assim como o destaque nas próprias redes sociais digitais. Também no dia 25 de junho, cerca de mil moradores da Rocinha e do Vidigal protestaram em frente ao prédio do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, localizado no Leblon, bairro nobre carioca. No local, estavam acampados alguns manifestantes que haviam ocupado a rua em frente ao prédio desde o dia 21 de junho (sexta-feira). Nos cartazes, evidenciavam-se a insatisfação com a construção do teleférico

pelo Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e a exigência de que o dinheiro público fosse destinado a melhorias necessárias de infraestrutura, creches e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) nessas favelas. Por jogral, afirmaram: “Queremos o que é nosso”, “Queremos saneamento básico”, “Queremos UPA com aparelho”, “Queremos pavimentação da rua” e “Não queremos teleférico”. A crítica à falta de direitos básicos mesmo com a instalação das UPPs já começava a aparecer nas ruas por parte dos próprios moradores e militantes ligados aos movimentos de luta pelas favelas, havendo uma faixa em que estava escrito “Cadê a luz? Só a polícia não adianta”.

Nos atos que se seguiram, as palavras de ordem contra a repressão policial nas favelas e pela melhoria das condições de vida nessas localidades passaram a ser mais propagadas também nas manifestações realizadas no centro do Rio de Janeiro, antes focadas nas demandas por mobilidade urbana e agora ampliadas aos trabalhadores e trabalhadoras moradores de favelas.²³ Lembremos os cartazes: “No Brasil, há pena de morte nas favelas”, “Na favela a bala é de verdade”, e as palavras de ordem “Não é mole não! Pedi transporte público e me deram o caveirão!”.

Por fim, cabe mencionar o crescimento da tática Black Block nas manifestações (THOMPSON, 2010). É importante destacar que essa tática não

²³ O objetivo do presente artigo é demonstrar as relações entre mobilizações e demandas históricas e as mobilizações recentes. Para tanto, circunscrevemo-nos em um período previamente determinado: o mês de junho de 2013. Por causa do objetivo proposto e dos limites deste artigo, não podemos tratar a enorme inflexão ocasionada pelo “caso Amarildo” nas manifestações. Pedreiro, negro e morador da favela da Rocinha no Rio de Janeiro, Amarildo é conduzido por policiais para a sede da UPP em 14 de julho de 2013. Depois desse dia, nunca mais foi visto. Investigações apontam que o pedreiro foi torturado por sufocamento com saco plástico e choques elétricos. Ao todo, 25 policiais foram acusados de envolvimento no assassinato de Amarildo – entre eles está o subcomandante da UPP, o tenente Luiz Felipe de Medeiros. O desaparecimento do pedreiro tornou-se símbolo dos casos de abuso de autoridade e violência policial. Para saber mais sobre a prática de ocultação de cadáveres, conferir Araújo (2012). Até a presente data, o corpo de Amarildo não foi encontrado. “Cadê Amarildo?”

se fez presente nos primeiros atos ocorridos em junho – ao menos não com esse nome e referência a outros países e períodos em que ativistas empregaram a tática Black Block –, tendo surgido de forma mais visível a partir do ato do dia 17 de junho, quando passou gradualmente a ser conhecida e reconhecida por alguns manifestantes. Nas manifestações anteriores, já havia quem se valesse dessa tática. No entanto, nos dias antecedentes ao dia 17 e no próprio dia 17, começou a haver rumores nas redes sociais e na rua de que “os Black Blocks” – entendidos inicialmente como um grupo, e não como uma tática – estariam vindo de outros estados, como São Paulo, a fim de contribuir para a resistência dos atos no Rio de Janeiro. Parecia que o teor dos atos estava se modificando nesse sentido, ao passo que a tática Black Block ia se fazendo cada vez mais reconhecida, nos atos que se seguiram, como a defesa dos manifestantes ante a ação da Polícia Militar, assim

como também passou a ser alvo de críticas por parte dos manifestantes, pela grande imprensa e por agentes estatais.

Assim sendo, percebe-se, com base nesta leitura das manifestações realizadas em junho de 2013 no Rio de Janeiro, que os atores que deram forma aos atos e as pautas, assim como as tensões ocorridas entre eles, expressam tanto uma continuidade com realidades diversas e reivindicações já existentes quanto a construção de tensões e de relações distintas daquelas anteriores às manifestações, convergidas em novas demandas e pautas que não estão relacionadas somente à mobilidade urbana, mas também ao direito à cidade, à crítica à desigualdade social e à mercantilização da vida coletiva, à exigência do cumprimento de direitos constitucionais adquiridos e à emancipação humana por meio da criação de novas utopias. As ruas, reuniões (formais ou informais) e redes sociais digitais passaram a constituir espaços em que se tornou

possível o encontro e às vezes o embate entre atores diferentes, tanto indígenas, estudantes (secundaristas e universitários), trabalhadores quanto moradores de favelas/periferia, militantes LGBT, anarquistas, partidos, sindicatos e outros movimentos sociais.

Considerações finais

Neste artigo, propôs-se uma interpretação possível, entre muitas, acerca do que vem se convencendo denominar jornadas de junho. Nosso objetivo foi demonstrar as relações entre mobilizações e demandas históricas e as mobilizações recentes – em um período previamente determinado: o mês de junho – argumentando, por um lado, que a historiografia nos permite evitar algumas miopias interpretativas e abordar as manifestações em sua complexidade mesmo em uma conjuntura política que se move rapidamente. Por outro lado, baseando-nos em uma breve etnografia, revelamos, com base em cartazes, bandeiras

e palavras de ordem, a multiplicidade de perspectivas e de possibilidades abertas pelas manifestações.

Entretanto, argumentar que houve uma convergência de mobilizações históricas com as movimentações recentes não é desconsiderar o papel das participações individuais e pontuais – que, na verdade, tiveram papel central na mobilização e na difusão dos protestos. Nosso objetivo foi enfatizar que as manifestações não ocorreram em meio a um vazio político que rompeu com uma suposta passividade da população. Analisar os protestos historiograficamente também nos permitiu ir além das interpretações normativas ou baseadas em uma casualidade simples: a participação cresceu em proporção geométrica em relação à repressão policial; ou conferir primazia às redes sociais digitais, esvaziando o protagonismo dos atores. A participação individual, a repressão aos protestos e a conectividade proveniente das novas mídias digitais foram elementos importantes das mobilizações,

mas não exclusivos. Os eventos de junho não só manifestaram tensões que existiam na sociedade mas também contribuíram para construir novas tensões e novas possibilidades de atuação. É como Bringel (2013: 45) nos adverte:

[...] é um grande desafio teórico e político, pois exige adaptar e renovar nossas

formas de luta e de interpretação das ações coletivas diante de atuações mais invisíveis, com maior protagonismo da agência individual, da configuração de novos atores, de militâncias múltiplas e organizações mais descentradas (conquanto não espontâneas) e de repertórios mais mediáticos e performáticos. Somente assim será possível captar os sentidos da indignação social contemporânea.

Referências

ARAÚJO, Fábio Alves. Das consequências da "arte" macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2012.

ARBEX JR., José. Conjuntura no Brasil pode desembocar em crise revolucionária. *Viomundo*, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/jose-arbex-jr-conjuntura-no-brasil-pode-desembocar-em-crise-revolucionaria.html>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

BAQUERO, Marcello; VASCONCELOS, Camila de. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos antipartidarismo no Brasil. *Compólitica*. V Congresso da Compólitica, realizado em Curitiba (PR), entre os dias 8 e 10 de maio

de 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT06-Cultura-politica-comportamento-e-opiniaio-publica-Marcello-Baquero.pdf> Acesso em: 13 de janeiro de 2014.

BARRETO, Marcos R.; LOPES, Gabriela S. S. Memórias de uma sociedade em rede: da Aldeia Maracanã à efervescência dos movimentos sociais. In: II CONINTER (Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades). *Anais...* Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013. p. 1-15.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Revista Insight e Inteligência*, ano XVI, jul.-set. 2013. p. 43-51. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf3.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

CARDOSO, Adalberto. As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva. *Insight e Inteligência*, ano XVI, p. 23-30, jul.-set. 2013. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf1.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

CRIMETHINC. The illegitimacy of violence, the violence of legitimacy. London, out. 2013. Disponível em: <<http://www.crimethinc.com/texts/recentfeatures/violence.php>>. Acesso em: 29 de novembro de 2013.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEFENSORES públicos repudiam ação da polícia em desocupação de prédio do INSS no RJ. *Rede Brasil Atual*, 16 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2010/12/defensores-publicos-repudiam-acao-da-policia-em-desocupacao-de-predio-do-inss-no-rj>>. Acesso em: 28 de maio de 2014.

FERREIRA, Alvaro. O projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: os atores sociais e a produção do espaço urbano. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona, v. 14, n. 331, 1º ago. 2010.

FERREIRA, Gleidiane de S. Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Ártemis*. Paraíba, v. 15, n. 1, p. 33-43, 2013.

FREIRE, Pedro Guilherme Mascarenhas. *Porto dos destierros*. morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2011.

GRANJA, Patrick. [UPPs: Estado de sítio nas favelas avança em 2011](http://www.anovademocracia.com.br/no-85/3820-upps-estado-de-sitio-nas-favelas-avanca-em-2011). *A Nova Democracia*. Rio de Janeiro, ano 10, n. 85, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-85/3820-upps-estado-de-sitio-nas-favelas-avanca-em-2011>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

HELENE, Diana. A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. *Revista Redobra*. Rio de Janeiro, n. 11, ano 4, p. 68-79, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo, transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*. Rio Grande do Norte, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://ufrn.emnuvens.com.br/cronos/article/view/2150/pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Sobre as manifestações de junho e suas máscaras. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. São Paulo, v. 6, n. 4, p. 699-715, out. 2013. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-6-4-Art7.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

LUDD, Mané. A guerra da tarifa. *La Question Sociale*, jul. 2004. Disponível em: <http://vivelasociale.org/revue-la-question-sociale/html/LQS/LQS_3/por_QS3_guerretransport.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

MAGALHÃES, Alexandre. O "legado" dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 89-118, jul.-dez. 2013.

MCADAM, Doug. "'Initiator' and 'spin-off' movements: diffusion processes in protest cycles". In: TRAUGOTT, Mark (Org.). *Repertoires and cycles of collective action*. Durham: Duke University Press. p. 217-240.

MONTEIRO, João Carlos C. dos Santos; ANDRADE, Julia Santos C. de. Porto Maravilha a contrapelo: disputas soterradas pelo grande projeto urbano. *E-Metropolis* (Especial Megaeventos). Rio de Janeiro, n. 8, ano 3, p. 21-31, mar. 2012.

MPL-SP (Movimento Passe Livre – São Paulo). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: ROLNIK, Raquel et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

RODRIGUES, Rute Imanishi; MOTTA, Eugênia. A pacificação das favelas do Rio de Janeiro e as organizações da sociedade civil. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 1. Brasília: Ipea, p. 33-38, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/livro%20bapi_4_web.pdf>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

SANTOS, José Erimar dos; SANTOS, Valmaria Lemos da Costa. Geografia dos protestos e meio comunicacional: redes sociais digitais e manifestações populares. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*. Recife, v. 2, n. 2, p. 7-28, 2013.

SECCO, Lincoln. As jornadas de junho. In: ROLNIK, Raquel et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 71-78.

SOUZA, Jessé; ARENARI, Brand. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

THOMPSON, A. K. *Black Block and White Riot: anti-globalization and the genealogy of dissent*. Canada: A. K. Press, 2010.

VASCONCELLOS DA SILVA, Ana Paula. Uma análise semiológica das políticas públicas de reforma da zona portuária do Rio de Janeiro. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI. *Anais...* Fortaleza, 2010, p. 3450-3463. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4143.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: ROLNIK, Raquel *et al.* *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.

VIANNA, Túlio. Desmilitarizar e unificar a polícia. *Revista Fórum*. São Paulo, 9 jan. 2013. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2013/01/desmilitarizar-e-unificar-a-policia>>. Acesso em: 31 de outubro de 2013.

VIEGAS, Nonato. Sobrou para o PSTU. *Piauí*, ed. 82, jul. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/despedita/sobrou-para-o-pstu>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2014.